



EDP São Paulo Distribuição de Energia S.A.

Companhia Aberta  
CNPJ/ME nº 02.302.100/0001-06 - NIRE 35.300.153.235

**Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de Novembro de 2024**

**1. Data, Hora e Local:** Realizada no dia 28 de novembro de 2024, às 10:00 horas, na sede social da EDP São Paulo Distribuição de Energia S.A. (“**Companhia**” ou “**Emissora**”), localizada na Rua Werner Von Siemens, 111, conjunto 22, bloco A, sala 1, Lapa de Baixo, CEP 05069-900, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. **2. Presença:** A reunião foi instalada com a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, o Presidente do Conselho de Administração Sr. João Manuel Veríssimo Marques da Cruz, o Vice-Presidente do Conselho de Administração Sr. Dyogenes Rosi, e o(a) Conselheiro(a) Sr(a). Maria Marta de Figueiredo Gerales e José Luiz Gomes Salvador, nos termos do Estatuto social da Companhia. **3. Mesa:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. João Manuel Veríssimo Marques da Cruz, que escolheu a Sra. Michele Aline Cardoso Peres para secretariá-lo. **4. Ordem do dia:** O Senhor Presidente da Mesa informou a todos que a presente reunião tinha por finalidade deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** a realização, pela Companhia, da 18ª (décima oitava) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, em série única, no montante total de R\$ 800.000.000,00 (oitocentos milhões de reais) (“**Debêntures**” e “**Emissão**”, respectivamente), nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada (“**Lei do Mercado de Valores Mobiliários**”), da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”) nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada (“**Resolução CVM 160**”), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis (“**Oferta**”); **(ii)** a autorização à diretoria da Companhia para tomar todas as medidas para efetivar a Emissão e a Oferta, incluindo **(a)** celebrar todos os documentos e seus eventuais aditamentos e praticar todos os atos necessários ou convenientes às matérias acima; e **(b)** contratar a instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários para intermediar a Oferta (“**Coordenador Líder**”) e os demais prestadores de serviços necessários para a Emissão e a Oferta (tais como agente fiduciário, escriturador, banco liquidante, assessores jurídicos, B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão - Balcão B3 (“**B3**”) e demais instituições e/ou prestadores de serviços que, eventualmente, sejam necessárias para a realização da Emissão e da Oferta), fixando-lhes os respectivos honorários; e **(iii)** a ratificação de todos os atos relacionados às matérias acima que tenham sido praticados pela administração da Companhia anteriormente à data desta reunião do Conselho de Administração. **5. Deliberações:** Os Senhores Conselheiros, após debates e discussões, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, conforme atribuição prevista no estatuto social da Companhia, deliberaram o quanto segue: **5.1.** Aprovaram a realização da Oferta pela Companhia, com as seguintes características principais, a serem detalhadas e reguladas no “**Instrumento Particular de Escritura da 18ª (Décima Oitava) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirográfrica, em Série Única, para Distribuição Pública, em Rito de Registro Automático, da EDP São Paulo Distribuição de Energia S.A.**” (“**Escritura de Emissão**”), a ser celebrado entre a Companhia e a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (“**CNPJ/ME**”) sob o nº 17.343.682/0003-08 (“**Agente Fiduciário**”), representando a comunhão dos titulares das Debêntures objeto da Emissão (“**Debenturistas**”): **(i) Enquadramento do Projeto:** As Debêntures contarão com o incentivo previsto no artigo 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme alterada (“**Lei 12.431**”), do Decreto nº 11.964, de 26 de março de 2024 (“**Decreto 11.964**”), da Resolução do Conselho Monetário Nacional (“**CMN**”) nº 4.751, de 26 de setembro de 2019 (“**Resolução CMN 4.751**”), da Resolução CMN nº 5.034, de 21 de julho de 2022 (“**Resolução CMN 5.034**”) ou de normas posteriores que as alterem, substituam ou complementem sendo que a totalidade dos recursos obtidos pela Companhia com a emissão das Debêntures será aplicada conforme disposto Escritura de Emissão. Em 26 de novembro de 2024, a Companhia submeteu o Projeto (conforme definido abaixo) ao Ministério de Minas e Energia (“**MME**”), por meio do protocolo nº 002852.0012214/2024, nos termos do artigo 8º do Decreto 11.964, tendo em vista o enquadramento automático do Projeto como projeto prioritário.; **(ii) Número da Emissão:** as Debêntures representam a 18ª (décima oitava) emissão de debêntures da Companhia; **(iii) Séries:** a Emissão será realizada em série única; **(iv) Valor Total da Emissão:** o valor total da Emissão será de R\$ 800.000.000,00 (oitocentos milhões de reais), na Data de Emissão (conforme abaixo definida) (“**Valor Total da Emissão**”); **(v) Quantidade:** serão emitidas 800.000 (oitocentos mil) Debêntures; **(vi) Destinação dos Recursos:** nos termos do artigo 2º, parágrafo 1º e 1º-A, da Lei 12.431, e do Decreto 11.964, os recursos obtidos pela Companhia com a Emissão das Debêntures serão integral e exclusivamente utilizados para fins de: (i) expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica no Estado de São Paulo (“**Projeto**”), respeitando sempre o quanto previsto na Lei 12.431 e no Decreto 11.964; (ii) pagamento futuro de gastos, despesas e/ou dívidas, a serem incorridas a partir da Data de Emissão, da Oferta e relacionados ao Projeto, nos termos da Lei 12.431 e do Decreto 11.964; e/ou (iii) pagamento e/ou reembolso de gastos, despesas ou dívidas passíveis de reembolso, relacionados ao Projeto, observado que tais gastos, despesas ou dívidas passíveis de reembolso tenham ocorrido em prazo igual ou inferior a 24 (vinte e quatro) meses contados do Anúncio de Encerramento, conforme previsto no parágrafo 1º-C do artigo 1º da Lei 12.431, conforme detalhado na Escritura de Emissão; **(vii) Colocação e Procedimento de Distribuição:** as Debêntures serão objeto de distribuição pública destinada exclusivamente a investidores profissionais, assim definidos nos termos dos artigos 11 e 13 da Resolução da CVM nº 30, de 11 de maio de 2021, conforme alterada (“**Resolução CVM 30**”) e “**Investidores Profissionais**”, respectivamente), nos termos da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, da Resolução CVM 160 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, sob o regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, com intermediação do Coordenador Líder, conforme o “**Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, em Rito de Registro Automático, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirográfrica, em Série Única, Sob Regime de Garantia Firme de Colocação, da 18ª (Décima Quinta) Emissão EDP São Paulo Distribuição de Energia S.A.**”, a ser celebrado entre o Coordenador Líder e a Companhia (“**Contrato de Distribuição**”); **(viii) Procedimento de Bookbuilding:** nos termos do Contrato de Distribuição, o Coordenador Líder organizará o procedimento de coleta de intenções de investimento (*bookbuilding*) dos potenciais Investidores Profissionais, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, observado o disposto no artigo 61 da Resolução CVM 160, para verificação da demanda pelas Debêntures (“**Procedimento de Bookbuilding**”). **(ix) Banco Liquidante e Escriturador:** A instituição prestadora dos serviços de banco liquidante e dos serviços de escrituração das Debêntures será o Banco Bradesco S.A., instituição financeira, com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no Núcleo Cidade de Deus s/nº, Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara, CEP 06029-900, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12 (“**Banco Liquidante**” e “**Escriturador**”), cujas definições incluem qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Liquidante ou o Escriturador na prestação dos serviços relativos à Emissão e às Debêntures. **(x) Forma de Subscrição e de Integralização e Preço de Integralização:** a integralização das Debêntures será realizada à vista, na data de subscrição (“**Data de Integralização**”), em moeda corrente nacional, pelo (i) seu Valor Nominal Unitário (conforme definido abaixo), na primeira Data de Integralização (“**Primeira Data de Integralização**”) ou, (ii) nas Datas de Integralização posteriores à primeira Data de Integralização será o Valor Nominal Unitário Atualizado (conforme definido abaixo) acrescido dos Juros Remuneratórios (conforme definido abaixo), calculado *pro rata temporis* desde a primeira Data de Integralização até a data da efetiva integralização, nos termos previstos na Escritura de Emissão (“**Preço de Subscrição**”); **(xi) Depósito para Distribuição e Negociação:** as Debêntures serão depositadas para: (a) distribuição pública no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“**MDA**”), administrado e operacionalizado pela B3, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; e (b) negociação, observado o disposto na Escritura de Emissão, no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“**CETIP21**”), administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3; **(xii) Data de Emissão:** para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 15 de dezembro de 2024 (“**Data de Emissão**”); **(xiii) Data de Início da Rentabilidade:** para todos os fins e efeitos legais, a data de início da rentabilidade será a Primeira Data de Integralização (“**Data de Início da Rentabilidade**”); **(xiv) Conversibilidade e Permutabilidade:** as Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Companhia e nem permutáveis por ações de outra sociedade; **(xv) Espécie:** as Debêntures serão da espécie quirográfrica, nos termos do artigo 58, caput, da Lei das S.A., não contando com garantia real ou fidejussória, ou qualquer segregação de bens da Companhia como garantia aos Debenturistas em caso de necessidade de execução judicial ou extrajudicial das obrigações da Companhia decorrentes das Debêntures e da Escritura de Emissão, e não conferindo qualquer privilégio, especial ou geral, aos Debenturistas, observado o previsto na Escritura de Emissão; **(xvi) Tipo, Forma e Comprovação de Titularidade:** as Debêntures serão nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador e, adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na B3, pelo extrato expedido pela B3 em nome do respectivo titular. **(xvii) Valor Nominal Unitário:** o valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 1.000,00 (mil reais), na Data de Emissão (“**Valor Nominal Unitário**”); **(xviii) Prazo e Data de Vencimento das Debêntures:** ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, do Resgate Antecipado Facultativo, do resgate antecipado decorrente da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, da Amortização Extraordinária Facultativa e da Aquisição Facultativa (conforme definidos abaixo), com o consequente cancelamento da totalidade das Debêntures, conforme aplicável, as Debêntures terão prazo de vencimento de 12 (doze) anos a contar da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de dezembro de 2036 (“**Data de Vencimento**”); **(xix) Amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado:** sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, de Resgate Antecipado Facultativo, da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, da Amortização Extraordinária Facultativa e de Aquisição Facultativa, nos termos da Escritura de Emissão, o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures será amortizado em 3 (três) parcelas anuais e consecutivas, a partir do 120º (centésimo vigésimo) mês, inclusive, sempre no dia 15 (quinze) do mês de dezembro de cada ano, a partir da Data de Emissão, conforme tabela constante na Escritura de Emissão (cada uma das datas, uma “**Data de Amortização das Debêntures**”); **(xx) Atualização Monetária:** o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, será atualizado monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“**IPCA**”), apurado e divulgado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (“**IBGE**”), a partir da Primeira Data de Integralização até a data do seu efetivo pagamento, calculada de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, de acordo com a fórmula descrita na Escritura de Emissão, sendo o produto da atualização incorporado automaticamente ao Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso (“**Atualização Monetária das Debêntures**” e “**Valor Nominal Unitário Atualizado**”); **(xxi) Juros Remuneratórios:** sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes à taxa interna de retorno do Título Público Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais (nova denominação da Nota do Tesouro Nacional, SêB – NTN-B), com vencimento em 15 de maio de 2035, a ser apurada conforme as taxas indicativas divulgadas pela ANBIMA em sua

página na internet (<http://www.anbima.com.br>) no fechamento do Dia Útil da data de realização do Procedimento de *Bookbuilding* (“**Procedimento de Fixing**”), decrescida exponencialmente de uma taxa equivalente a 0,06% (seis centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (“**Remuneração**” ou “**Juros Remuneratórios**”), incidentes desde a Data de Início da Rentabilidade, ou a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data do efetivo pagamento (exclusive). O cálculo da Remuneração das Debêntures será realizado conforme a fórmula descrita na Escritura de Emissão; **(xxii) Pagamento dos Juros Remuneratórios:** sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, de Resgate Antecipado Facultativo, da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, da Amortização Extraordinária Facultativa e da Aquisição Facultativa, nos termos da Escritura de Emissão, os Juros Remuneratórios serão pagos semestralmente, sempre no dia 15 (quinze) dos meses de junho e dezembro de cada ano, conforme cronograma descrito na Escritura de Emissão (cada uma, uma “**Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios**”); **(xxiii) Local de Pagamento:** os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Companhia no respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela B3, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3; e/ou (ii) os procedimentos adotados pelo Escriturador, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na B3; **(xxiv) Encargos Moratórios:** caso a Companhia deixe de efetuar quaisquer pagamentos de quaisquer quantias devidas aos Debenturistas nas datas em que são devidos, tais pagamentos devidos e não pagos continuarão sujeitos à eventual remuneração incidente sobre os mesmos e ficarão sujeitos, ainda, a: (i) multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago; e (ii) juros de mora não compensatórios calculados à taxa de 1% (um por cento) ao mês (“**Encargos Moratórios**”); **(xxv) Garantias:** não serão constituídas garantias prévias com o objetivo de assegurar o fiel, pontual e integral pagamento das obrigações estabelecidas na Escritura de Emissão. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.20 da Escritura de Emissão, caso, até 24 de abril de 2028, o “**Contrato de Concessão para Distribuição de Energia Elétrica Nº 2021/1998**”, celebrado entre a Companhia e a União, representada pelo Ministério de Minas e Energia e Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, em 23 de outubro de 1998, conforme aditado de tempos em tempos (“**Concessão**” e “**Contrato de Concessão**”, respectivamente) não seja formalmente prorrogado, com vencimento posterior à Data de Vencimento da Emissão, ou não seja formalmente estabelecida uma nova concessão para os mesmos fins da Concessão anterior, com vencimento posterior à Data de Vencimento da Emissão (“**Não Renovação da Concessão**”), a Companhia deverá, até 24 de julho de 2028, obter aprovação societária da EDP Energias do Brasil S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.983.431/0001-03 (“**EDP Brasil**”), para outorga de garantia fidejussória corporativa, pela EDP Brasil, a fim de garantir as obrigações das Debêntures, sendo certo que tal aprovação societária deverá ter sido arquivada perante a junta comercial competente até referida data (“**Garantia Corporativa**”), observados os termos e condições previstos na Escritura de Emissão; **(xxvi) Desmembramento:** não será admitido o desmembramento dos Juros Remuneratórios, do Valor Nominal Unitário Atualizado e/ou dos demais direitos conferidos aos Debenturistas, nos termos do inciso IX do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações; **(xxvii) Classificação de Risco:** não será contratada agência de classificação de risco para atribuir rating às Debêntures; **(xxviii) Resgate Antecipado Facultativo:** observado o disposto no artigo 1º, parágrafo 1º, inciso II, da Lei 12.431 e a Resolução CMN 4.751 e/ou das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à época, inclusive as previstas na Escritura de Emissão, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar o resgate antecipado total das Debêntures (sendo vedado o resgate parcial), com o consequente cancelamento de tais Debêntures, endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas, de acordo com os termos e condições previstos na Escritura de Emissão (“**Resgate Antecipado Facultativo**”). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures, os Debenturistas farão jus ao pagamento de valor equivalente ao que for maior entre os valores apurados nos termos dos incisos A e B abaixo, sendo certo que não será devido qualquer prêmio ou remuneração adicional pela Companhia: **(A)** o Valor Nominal Unitário Atualizado, acrescido (i) da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Início da Rentabilidade ou Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, (ii) dos Encargos Moratórios, se houver e (iii) de quaisquer outras obrigações pecuniárias e acréscimos eventualmente devidas e não pagas até a data de realização do Resgate Antecipado Facultativo; e **(B)** o valor presente das parcelas remanescentes de pagamento de amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado, acrescido (i) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade ou Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior até a data de realização do Resgate Antecipado Facultativo utilizando como taxa de desconto o cupom do título Tesouro IPCA+ com juros semestrais (NTN-B), com *duration* (conforme definição prevista no artigo 1º da Resolução CMN 5.034, ou na norma que a substitua) mais próxima à *duration* remanescente das Debêntures, conforme cotação indicativa divulgada pela ANBIMA em sua página na rede mundial de computadores (<http://www.anbima.com.br>) apurada no Dia Útil imediatamente anterior à data de realização do Resgate Antecipado Facultativo, decrescida exponencialmente de uma taxa de 0,10% (dez centésimos por cento) ao ano, calculado conforme fórmula da Escritura de Emissão, (ii) dos Encargos Moratórios, se houver e (iii) de quaisquer outras obrigações pecuniárias e acréscimos eventualmente devidas e não pagas até a data de realização do Resgate Antecipado Facultativo; **(xxix) Oferta Facultativa de Resgate Antecipado:** nos termos da Resolução CMN 4.751, ou, se for o caso, da regulamentação vigente na ocasião, desde que respeitados os requisitos lá previstos, e desde que já tenha transcorrido o prazo indicado no inciso I, do artigo 1º da Resolução CMN 4.751 ou outro que venha a ser autorizado pela legislação ou regulamentação aplicáveis, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar oferta de resgate antecipado total das Debêntures (sendo vedada a oferta de resgate parcial), com o consequente cancelamento de tais Debêntures, endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas para aceitar o resgate antecipado das Debêntures de que forem titulares, de acordo com os termos e condições previstos na Escritura de Emissão (“**Oferta Facultativa de Resgate Antecipado**”); **(xxx) Amortização Extraordinária Facultativa:** desde que venha a ser permitido pelas regras expedidas pelo CMN e/ou pela legislação e/ou regulamentação aplicáveis, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério e respeitados os termos e condições previstos na Escritura de Emissão, independentemente de Assembleia Geral de Debenturistas e/ou assembleia geral de acionistas, realizar amortização extraordinária facultativa da totalidade das Debêntures, limitada a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, desde que cumpridos os requisitos previstos na Lei 12.431 e na Resolução CMN 4.751 ou de outra regulamentação que vier substituí-las, observados os termos e condições estabelecidas na Escritura de Emissão (“**Amortização Extraordinária Facultativa**”). Por ocasião da Amortização Extraordinária Facultativa, os Debenturistas farão jus ao pagamento de valor equivalente ao que for maior entre os valores apurados nos termos dos incisos I e II abaixo, sendo certo que não será devido qualquer prêmio ou remuneração adicional pela Companhia: I) o Valor Nominal Unitário Atualizado, acrescido (a) da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Início da Rentabilidade ou Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, (b) dos Encargos Moratórios, se houver e (c) de quaisquer outras obrigações pecuniárias e acréscimos eventualmente devidas e não pagas até a data de realização da Amortização Extraordinária Facultativa; e II) o valor presente das parcelas remanescentes de pagamento de amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado, acrescido (a) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade ou Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior até a data de realização da Amortização Extraordinária Facultativa utilizando como taxa de desconto o cupom do título Tesouro IPCA+ com juros semestrais (NTN-B), com *duration* (conforme definição prevista no artigo 1º da Resolução CMN 5.034, ou na norma que a substitua) mais próxima à *duration* remanescente das Debêntures, conforme cotação indicativa divulgada pela ANBIMA em sua página na rede mundial de computadores (<http://www.anbima.com.br>) apurada no Dia Útil imediatamente anterior à data de realização da Amortização Extraordinária Facultativa, decrescida exponencialmente de uma taxa de 0,10% (dez centésimos por cento) ao ano, calculado conforme fórmula indicada na Escritura de Emissão, (b) dos Encargos Moratórios, se houver e (c) de quaisquer outras obrigações pecuniárias e acréscimos eventualmente devidas e não pagas até a data de realização da Amortização Extraordinária Facultativa; **(xxxi) Aquisição Facultativa:** a Companhia poderá, após decorridos os 2 (dois) primeiros anos contados da Data de Emissão (ou prazo inferior que venha a ser autorizado pela legislação ou regulamentação aplicáveis), adquirir Debêntures em circulação, devendo tal fato, se assim exigido pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Companhia (“**Aquisição Facultativa**”). As Debêntures adquiridas pela Companhia a seu exclusivo critério poderão: (i) ser canceladas, caso seja legalmente permitido, observado o disposto na Lei 12.431, nas regras expedidas pelo CMN e na regulamentação aplicável; (ii) permanecer na tesouraria da Companhia; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. **(xxxii) Vencimento Antecipado:** as Debêntures terão seu vencimento antecipado declarado nas hipóteses e nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão; e **(xxxiii) Demais características:** as demais características e condições da Emissão serão especificadas na Escritura de Emissão. **5.2.** Autorizaram a Diretoria da Companhia para tomar todas as medidas para efetivar a Emissão e a Oferta, incluindo **(a)** celebrar todos os documentos e seus eventuais aditamentos e praticar todos os atos necessários ou convenientes à realização da Emissão e da Oferta, sem a necessidade de qualquer aprovação societária adicional ou ratificação pela Companhia, inclusive celebrar todos os documentos e seus eventuais aditamentos e praticar todos os atos necessários ou convenientes às matérias acima, incluindo, mas não se limitando à Escritura de Emissão e ao Contrato de Distribuição e eventuais aditamentos a estes documentos; e **(b)** contratar o Coordenador Líder e os demais prestadores de serviços necessários para a Emissão e a Oferta (tais como Agente Fiduciário, escriturador, banco liquidante, assessores jurídicos, B3 e demais instituições e/ou prestadores de serviços que, eventualmente, sejam necessárias para a realização da Emissão e da Oferta, incluindo eventuais substituições), fixando-lhes os respectivos honorários. **5.3.** Ratificaram todos os atos relacionados às matérias acima que tenham sido praticados pela administração anteriormente à data da presente reunião do Conselho de Administração. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os Conselheiros presentes. **Presidente da Mesa:** Sr. João Manuel Veríssimo Marques da Cruz; **Secretária da Mesa:** Michele Aline Cardoso Peres. **Membros do Conselho de Administração:** Presidente do Conselho de Administração Sr. João Manuel Veríssimo Marques da Cruz, o Vice-Presidente do Conselho de Administração Sr. Dyogenes Rosi, e o(a) Conselheiro(a) Sr(a). Maria Marta de Figueiredo Gerales e José Luiz Gomes Salvador. **Declaro que a presente é cópia fiel da ata que integra o competente livro.** São Paulo/SP, 28 de novembro de 2024. Michele Aline Cardoso Peres - Secretária da Mesa. JUCESP nº 433.918/24-0 em 16/12/2024. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

Documento assinado digitalmente  
conforme MP nº 2.200-2 de  
24/08/2021, que institui a  
Infraestrutura da Chaves Públicas  
Brasileira - ICP-Brasil.



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa  
Diário de Notícias em seu site de notícias.

**AUTENTICIDADE DA PÁGINA.** A autenticidade deste documento  
pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link  
<https://publilegal.diariodenoticias.com.br/>